

ALFABETIZAÇÃO EM LIBRAS PARA O SURDO: UM ESTUDO DE CASO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE IPOJUCA- PE

CHARLENE DE LIMA ALEXANDRE DA SILVA¹
ADILMA DA SILVA MACHADO²

RESUMO

O objetivo deste trabalho, é investigar documentos oficiais do Município de Ipojuca-PE acerca do processo de alfabetização de surdos, pois temos o interesse em analisar, discutir e refletir sobre a oferta de alfabetização/educação de surdos nos Anos Iniciais da rede de ensino deste município. Para tanto, foi observado a necessidade de realizar uma análise documental de leis e currículos existentes na área que promovam a fundamentação teórica para que estes documentos auxiliem no embasamento para os conceitos quanto à alfabetização de surdos. Também, é importante observar os desdobramentos e discussões sobre as leis atuais a fim de investigarmos a existência de práticas pedagógicas efetivas e assim, foi analisada políticas educacionais voltadas para surdos na região do Litoral Sul de Pernambuco. E por fim, foi feito um estudo de caso por meio de observações com atores que trabalham diretamente com o tema de alfabetização em Língua Brasileira de Sinais (Libras) da Secretaria de Educação do município do Ipojuca em Pernambuco. Ao longo da pesquisa na cidade foi notado há insuficiência de registros sobre o histórico da educação/alfabetização de surdos, como também sobre os estudos a respeito da legislação, logo, acreditamos que essa pesquisa contribua para que avanços na educação de surdos aconteça de fato, bem como

1 Mestranda do Curso de Linguística- Proling da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, charlene.limaalexandre@gmail.com;

2 Mestranda pelo Curso de Linguística e Ensino da Universidade Federal-UFPB, adilmamachado@hotmail.com.

na priorização da sua alfabetização na Língua Materna de modo que venha despertar um olhar sensível para a valorização desses sujeitos.

Palavras-chave: Alfabetização de surdos. Currículo. Inclusão. Leis.

INTRODUÇÃO

Este trabalho científico tem como campo de atuação o currículo na modalidade da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, assim, precisamos investigar os documentos oficiais que contemplam os alunos surdos dos anos iniciais, quias os direcionamentos para os que estão matriculados em classes comuns das escolas públicas da rede municipal de Ipojuca-PE.

Um dos nossos objetivos é contribuir com o currículo para o ensino e aprendizado dos alunos surdos dos anos iniciais e, será através da compreensão do dos documentos que regem a secretaria e as escolas da rede municipal de Ipojuca-PE, que teremos condições de refletir acerca da Educação Inclusiva frente ao ensino dos alunos surdos em salas regulares.

Sendo assim, os objetivos que direcionam esse trabalho, desde das escolhas e análise documental de leis e currículos referentes às políticas educacionais voltadas para surdos na região do Litoral Sul de Pernambuco, como também, a elaboração de observações de documentos que embasam a alfabetização em Língua Brasileira de Sinais (Libras) da Secretaria de Educação do município do Ipojuca em Pernambuco, e para colhermos dados e investigar como acontece o ensino da língua materna Libras no município.

Dessa forma, podemos investigar quais documentos, currículos e leis pautam e regulamentam saem da secretaria e organizam o trabalho na escolas, quais as metodologias utilizadas pelos docentes da sala de aula e, como eles podem contribuir com as práticas de ensino dos docentes e dos professores intérpretes de Libras que trabalham no município.

Os objetivos propostos foram: analisar o currículo para entender como se dá o processo da alfabetização em Língua Brasileira de Sinais (Libras) da Secretaria de Educação do município do Ipojuca, em Pernambuco, para os alunos surdos da rede. E como objetivo específicos: Descrever como as leis, decretos e documentos permeiam o ensino da Língua Brasileira de Sinais; analisar os métodos didáticos utilizados no processo de alfabetização em Libras, como língua materna e reconhecer a importância destes documentos para embasar a educação de surdos nos anos iniciais.

Vale ressaltar que a inclusão dos alunos surdos nas escolas regulares existe, mas se faz necessário que investigações aconteçam, a fim que certificamos como está acontecendo o processo de alfabetização desses estudantes, consideramos que houve avanços no processo educacional, mas o fato da presença desses sujeitos em escolas regulares, não configura a inclusão de fato.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é um documento abrangente que traz referências para o ensino em todo o Brasil, foi adotada como ferramenta que compõem diretrizes para o currículo no país é por meio dela que trata-se as culturas e as peculiaridades da cada região para então englobar um currículo onde todos tenham direito ao mesmo ensino, com a mesma base.

Assim sendo, trataremos primeiramente do contexto do currículo acerca da alfabetização em Libras dos surdos do Município de Ipojuca-PE. Para concretização desta pesquisa efetivou-se dois momentos, a análise documental de leis e currículos existentes na área que promovam a fundamentação teórica para que estes documentos auxiliem no embasamento para os conceitos quanto à alfabetização de surdos.

Portanto, foi feito um estudo de caso, por meio de observações com atores que trabalham diretamente com o tema de alfabetização em Língua Brasileira de Sinais (Libras) da Secretaria de Educação do município do Ipojuca em Pernambuco.

Para finalizar teremos a conclusão feita com base nos dados colhidos através das análises documentais, observação, e tratativas, posteriormente iremos investigar como está sendo efetivado o ensino e aprendizado dos estudantes surdos na modalidade dos anos iniciais.

METODOLOGIA

Este trabalho foi feito na Secretaria de Educação do Município do Ipojuca- PE, compreendido nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, com participação direta nas discussões sobre a proposta curricular da profissional Intérprete de Libras, da Analista de Libras do município, uma análise com participação direta.

No princípio, a maioria dos profissionais da educação participaram da construção da proposta curricular, com chamada pública aberta

posteriormente para votação da comunidade em geral participar do processo.

Para discutir sobre o foco deste artigo em si, foram feitas análises documental e leis que regem a alfabetização do surdo no país e depois na proposta curricular do município. A pesquisa bibliográfica, explica Gil (2007), contempla apenas material já elaborado, como livros e artigos científicos, utilizando-se da contribuição de diversos autores sobre certo assunto.

Os estudos exige este procedimento, foram feitos pesquisas bibliográficas sobre o tema nos postulados da Capes, Scielo e Plataforma Sucupira, para extrair mais informações sobre o currículo, mas a pesquisa bibliográfica com viés voltados para o currículo para surdos, que permite grande cobertura de informações e conhecimento, sendo indispensável em estudos que requeiram dados geográficos e históricos diversos, por exemplo.

O estudo de caso em vários documentos apresentados se deu para entender o processo com base nos procedimentos técnicos utilizados, Gil (2007) classifica as pesquisas como: bibliográfica, documental, experimental, levantamento, pesquisa-ação, pesquisa participante e o estudo de caso.

Foram feitas observações durante o processo de construção do documento de proposta curricular e o que ele trazia de contundente para a alfabetização de surdos, vários debates foram realizados, votações, inclusões e exclusões de trechos que, mais tarde, daria corpo à educação de surdos e a alfabetização deles.

Marconi e Lakatos (2003, p. 190) infere que: observação como “uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar”.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação possibilita que o sujeito conquiste sua formação integral e, com isso, o mesmo poderá ocupar os vários espaços sociais do seu dia a dia. Pois, para o desenvolvimento do indivíduo no âmbito social, é preciso que cada um tenha a sua identidade própria, a qual é constituída através da comunicação.

Pois, no processo de alfabetização, o estudante se apropria da língua, mas quando este, compreende as relações entre as letras, a partir das imagens, dos sinais e das palavras, os significados atribuídos a esta palavra se torna o significante, entre outras assimilações pertinentes nesta fase de alfabetização.

Diante disso, queremos saber como se dá esse ensino com o estudante surdo, o qual tem a Libras como sua língua materna. Segundo as Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

Para o ingresso dos alunos surdos nas escolas comuns, a educação bilíngue – Língua Portuguesa/Libras desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na língua de sinais, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para alunos surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais alunos da escola. O atendimento educacional especializado para esses alunos é ofertado tanto na modalidade oral e escrita quanto na língua de sinais. Devido à diferença linguística, orienta-se que o aluno surdo esteja com outros surdos em turmas comuns na escola regular, (BRASIL, 2001, p.11).

Consideramos importante, citações como estas acima para a efetivação do ensino e aprendizado dos estudantes surdos, mas precisamos investigar como estão acontecendo as práticas de ensino voltadas para os sujeitos surdos. Por isso a relevância de trabalhos de pesquisa com este, que traz como título: Alfabetização em Libras para o surdo: um estudo de caso na rede Municipal de ensino de Ipojuca-PE.

Pois precisamos conhecer se as escolas estão trabalhando de acordo com o que está situado na legislação. Quando Damázio (2007, p. 25), fala que:

O ensino de Libras na escola comum, no qual os alunos com surdez terão aulas de Libras, favorecendo o conhecimento e a aquisição, principalmente de termos científicos. Este trabalho é realizado pelo professor e/ou instrutor de Libras (preferencialmente surdo), de acordo com o estágio de desenvolvimento da Língua de Sinais em que o aluno se encontra. Qual o conhecimento que o aluno tem a respeito da Língua de Sinais. Este trabalho é

realizado todos os dias para os alunos com surdez, à parte das aulas da turma comum, por uma professora de Língua Portuguesa, graduada nesta área, preferencialmente.

De acordo com a citação acima, percebemos a relevância de um ensino que contemple a cultura linguística do sujeito, pois para que dessa forma a aprendizagem aconteça com sucesso, é necessário que o ensino seja baseado na realidade daquele estudante, apresentando práticas desde dos documentos de ensino que regem a educação básica. De acordo com Segundo Fernandes (2003 p. 32):

No caso de crianças surdas, uma postura de educação com bilinguismo, admitindo a língua de sinais como a primeira língua e a oral auditiva, como segunda garantirá uma aquisição natural, atendendo ao desenvolvimento linguístico e cognitivo normal da criança e permitindo a aquisição, subsequente, da segunda língua, com maior facilidade, uma vez que este indivíduo já domina um instrumento de comunicação eficaz para si mesmo e para comunicar-se com o meio que o cerca, mesmo que haja poucos interlocutores da língua que domina,

Segundo a citação acima da autora Fernandes, as crianças surdas em contato com a língua de sinais, tem seu desenvolvimento linguístico cultural semelhante ao das demais crianças ouvintes.

É fundamental investigar as práticas de ensino ofertadas pela secretaria de educação dos anos iniciais do Município de Ipojuca-PE, no ciclo de alfabetização, para sabermos se essas garantem aos estudantes surdos acesso às interações sociais necessárias para o ensino e aprendizado, como também para a formação integral do sujeito.

Pois, a escola inclusiva será efetivada a partir das ações dos docentes juntos aos estudantes, a comunidade escolar e a sociedade civil, estes precisam estar interagindo, no intuito de promover um aprendizado humanizado. Segundo Skliar (1998, p.5).

“Os Estudos Surdos se constituem enquanto um programa de pesquisa em educação, onde as identidades, as línguas, os projetos educacionais, a história, a arte, as comunidades e as culturas surdas, são focalizados e entendidos a partir da diferença, a partir do seu reconhecimento político”.

As escolas precisam trabalhar com propostas em que o ensino de Libras como língua materna, esteja presente para crianças surdas, de forma a possibilitar criação de currículo de ensino da Língua de Sinais na modalidade de anos iniciais das escolas públicas.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DO IPOJUCA- PE

Com embasamento nos dados históricos do município, Ipojuca é uma cidade do Litoral Sul de Pernambuco, está há 60 km da capital, Recife e apresenta uma das melhores praias do Estado, a praia de Porto de Galinhas.

Ipojuca, que antes se chamava Pojuca, vem do Tupi e significa “água parada”, tornou-se município independente com a emancipação em 30 de março de 1846 e assim transformou-se em um dos municípios mais importantes.

No município também estão a refinaria Abreu e Lima e o famoso Porto de Suape, localizados próximos à PE-60, uma das estradas mais importantes que liga Ipojuca a várias regiões. Sua população tem aproximadamente 94.533 habitantes e possui uma área territorial de 527.107 quilômetros quadrados.

2.2 CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR DO MUNICÍPIO

Com a BNCC aprovada, o município se debruçou nas discussões sobre a proposta curricular do município e lançou currículo próprio pautado no documento oficial, utilizando instrumentos norteadores para sua composição.

Foram vários debates durante o ano de 2018, 2019 até que em 30 de dezembro de 2020 foi lançado o currículo que englobava questões culturais, peculiaridades e especificidades da Rede.

A educação de surdos não ficou de fora, porém, algumas organizações e discussões precisam de revisão, pois em 2021 o currículo para educação de surdos foi lançado, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, assim o município ainda não tem um currículo próprio voltado para este público, nem para as questões de alfabetização de surdos e observações que envolvam a comunidade surda e seu direito linguístico.

Porém, já se houve alguns incentivos para que os surdos possam desfrutar de uma educação voltada a Libras e ao direito linguístico da pessoa surda, o município oferece cursos de Libras e formações para professores Intérprete de Libras, como também expande essas discussões para outras modalidades de ensino nas formações dos professores da rede.

A proposta curricular foi um documento que trouxe grande avanço para os munícipes, comunidade escolar, professores, gestores e acima de tudo, aos estudantes, contudo ainda há uma reflexão muito discreta ainda que precisa ter mais afinco para melhorias das políticas públicas neste segmento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O currículo no contexto escolar é uma ferramenta que ressignifica o tempo e o espaço de uma unidade escolar, ela reorganiza e disciplina várias questões sobre os saberes ao longo do tempo, ele organiza rotinas na escola. Ao conceber o documento como parte inerente à cultura, a unidade escolar cria uma noção importante, ampliada e que possibilita questionamentos e posicionamentos diferentes ao problematizar um documento dessa magnitude.

O currículo referencial no município do Ipojuca-PE foi pensado a partir da BNCC e fez menções e possibilitou discutir sobre o documento e seus desdobramentos, foram meses de discussão até chegar ao instrumento que se utiliza no município citado para nortear professores, escola, estudantes e todos pertencentes à comunidade escolar.

Com dados da própria secretaria da educação sobre o currículo, os principais marcos da construção democrática dos documentos curriculares, da Constituição de 1988 à homologação BNCC e do Currículo de Pernambuco e posteriormente se abriu o debate para os municípios.

A fim de reorganizar o documento e possibilitar discussões sobre a cultura de cada local, assim tratou-se entre os munícipes discussões e consultas públicas para inserção do currículo (da Educação Infantil e do Ensino Fundamental), respectivamente, em 2017 e 2018, apresentou-se seu lançamento oficial em 30 de dezembro de 2020, num contexto pandêmico, mas que se fazia urgente a adoção deste documento.

Desde que se precisou articular, no início de 2019, após homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Currículo de

Pernambuco, a Secretaria de Educação do Ipojuca se debruçou para várias articulações de suas diversas instâncias para a elaboração do Currículo Referência, conforme os marcos regulatórios da nova legislação (Lei 13.415/17, Base Nacional Comum Curricular, Portaria MEC nº 1432/18).

Quanto à questão do currículo voltado à educação de alfabetização de surdos, estas discussões foram colocadas em pauta, com analistas, professores da área e vários profissionais da secretaria de educação e comunidade civil, porém não se observa nos escritos, algo contundente que foque na educação supracitada.

Enquanto a Libras não for uma língua oficial no Brasil, fica evidenciado que este direito, mesmo com a Lei de Libras nº 10.436/2002 carece de mais políticas públicas para se efetivarem de fato. O quantitativo de estudantes surdos na rede, que é de aproximadamente 34 (trinta e quatro), fica ainda à mercê de uma língua majoritária, como a Língua Portuguesa.

Sobre a falta destes sujeitos contemplados no currículo, observa-se que ainda há muitas discussões a serem feitas, pois o discente surdo precisa ter acesso a sua língua materna desde os primeiros anos da educação infantil, a comunicação deve ser contemplada em sala de aula, não só por intérpretes de Libras e o estudante surdo, pois estamos discutindo uma língua que precisa ser disseminada em sala de aula e fora dela.

Tendo com base todas as discussões acima, estabelecemos alguns direcionamentos sobre o currículo da educação e alfabetização da pessoa surda, entendendo estes sujeitos como detentor de um direito e levando a eles o conforto linguístico que cada ser humano precisa ter, assim como escrito na nossa Carta Magna em seu artigo 5º.

Assim, um currículo precisa ser construído e constituído de uma diferença político-cultural que engloba a todos que pertencem a comunidade escolar. Nos dias atuais não há como pensar num documento tão importante deixando de lado a comunidade surda, seus aspectos linguísticos, culturais, políticos, filosóficos e discursivos. A comunidade surda faz referências de muitas lutas ao longo do tempo, buscando um olhar humanizado quando se trata da Libras e dos indivíduos que a compõem.

Historicamente a educação de surdos e a alfabetização da pessoa surda vem sendo tratada num modelo assistencialista e de olhar clínico,

colocando a deficiência acima de questões linguísticas, crianças surdas estão deixando de ter o contato e o direito de ser alfabetizada em seu processo mais importante, pela sua língua, como já citado anteriormente.

A alfabetização dos surdos apresenta escolhas pessoais, identificação e reconhecimento de elos no que concerne a identidade, que flui com aproximação da cultura e do contato com a comunidade surda e com um currículo que contemple e apresente um caminho para que isso aconteça.

Nesta conjuntura, os professores da rede se organizam a partir da BNCC, mas o trabalho de alfabetização das crianças surdas ficam escassos, pois como não há um norte sobre essas questões, professores regentes e intérprete de Libras se desdobram para efetivar o ensino-aprendizagem dos surdos em sala de aula.

É necessário pensar na possibilidade de um currículo para pessoas surda se políticas públicas e discussões como uma proposta curricular for colocadas em evidência, segundo Lopes (2007, p.86), afirma que:

O currículo dos surdos pode não ser entendido apenas no âmbito das práticas cotidianas, de metodologias, de ter ou não ter domínio de vocabulário em língua de sinais, ele nem mesmo pode ser entendido como sendo uma inclusão simplificada de conteúdos sobre a história surda, sobre a língua escrita dos surdos, etc. Um currículo surdos exige que nós pensemos na nossa capacidade de olhar para os surdos colocando-se em outras tramas, que não aquelas atreladas à pedagógicas corretivas.

Assim, pensar no currículo para os estudantes surdos é ultrapassar questões que abarcam legitimidade de uma cultura, de uma comunidade do mais pensar produtivo e permanente, de práticas que possibilitem à alfabetização e diferentes formas de aprender, ensinar, conviver e viver em sociedade.

Como a lei mais atual sobre a educação bilíngue de surdos foi promulgada e sancionada em 2021, espera-se que o currículo do município seja revisto a ponto de reorganizar políticas mais efetivas não só de educação bilíngue, mas de um currículo igualitário, equitativo e humanizado para os surdos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como na introdução deste artigo, tratou-se primeiramente de discutir o contexto acerca da alfabetização em Libras no Município de Ipojuca-PE. Posteriormente a concretização desta pesquisa efetivou-se em outros momentos, como a análise documental de leis e currículos existentes na área que promovam a fundamentação teórica para que estes documentos auxiliem no embasamento para os conceitos quanto à alfabetização de surdos.

A educação possibilita que o sujeito conquiste sua formação integral e, com isso, o mesmo poderá ocupar os vários espaços sociais do seu dia a dia. Pois, para o desenvolvimento do indivíduo no âmbito social, é preciso que cada um tenha a sua identidade própria, a qual é constituída através da comunicação.

Pois, no processo de alfabetização, o estudante se apropria da língua escrita, mas quando este, compreende as relações entre as letras, os sons produzidos a partir das palavras, os significados atribuídos a esta palavra e sua escrita, entre outras assimilações pertinentes nesta fase de alfabetização.

Com dados da própria secretaria da educação sobre o currículo, os principais marcos da construção democrática dos documentos curriculares, da Constituição de 1988 à homologação BNCC e do Currículo de Pernambuco e posteriormente se abriu o debate para os municípios. Mas que apresentam ainda escassez de informações e de mais debates sobre como organizar um currículo que trate de alfabetização dos surdos e dê subsídios aos docentes regentes e intérpretes de Libras a trabalharem em sala de aula.

Pensar no currículo para o surdo é contemplar um documento que seja igualitário, equitativo e humanizado. Partindo destes princípios a alfabetização de surdos precisa apresentar olhares singulares para as diferenças, para que os surdos não tem uma língua silenciada ou invisível.

Ao longo da pesquisa na cidade foi notado a insuficiência de registros sobre o histórico da educação/alfabetização de surdos, como também sobre os estudos a respeito da legislação, logo, acreditamos que essa pesquisa contribua para que avanços na educação de surdos aconteça de fato, bem como na priorização da sua alfabetização na

Língua Materna de modo que venha despertar um olhar sensível para a valorização desses sujeitos.

Aspira-se que produções como estas façam a diferenças nos debates sobre o tema alfabetização dos surdos, currículo, direito linguístico, língua, conforto linguísticos e as diversas culturas que estão no nosso país e que precisam de políticas públicas efetivas e levadas para sala de aula e fora dela, que as lutas não cessem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.** Diário Oficial da União. Brasília, 22 dez. 2005. Acesso em 23/04/2022.

_____. Lei Federal 10.436 de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.** Acesso em 23/09/2022.

_____. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 30/09/2022.

_____. Lei nº 14.191 de 3 de agosto de 2021. **Altera a Lei 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para dispor sobre a modalidade de educação de surdos.** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm. Acesso em 05/09/2022.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2001.

DAMÁZIO, M. F. M. **Atendimento educacional especializado:** pessoa com surdez. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007.

FERNANDES, Eulália. **Linguagem e Surdez.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2007.

LOPES, Maura Corcini; VEIGA-NETO, Alfredo. Marcadores culturais surdos: quando eles se constituem no espaço escolar. *Perspectiva*. V24n.especial, jul/dez. Florianópolis: UFSC, 2006, p.81-100.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SKLIAR, Carlos. **A Surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.